

Reminiscências de um tempo em comum: africanos, belgas e seus descendentes no Vale do Itajaí (séc. XIX – XX)¹

Reminiscences of a time in common: africans, belgians and their descendants in the Itajaí Valley (19th – 20th centuries)

Vinicius Bonsignori

Mestrando em História

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

viniciusbonsignori@gmail.com

Letícia Stiehler Machado

Mestranda em Educação

Universidade Regional de Blumenau (FURB)

leticiastieglerm@gmail.com

Recebido: 10/10/2023

Aprovado: 12/01/2024

Resumo: Neste artigo procuramos investigar as relações entre africanos e belgas, assim como entre seus descendentes, na região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, durante os séculos XIX e XX. As fontes utilizadas constituíram-se de entrevistas orais realizadas na década de 1980 e 1990 no âmbito da Fundação Frei Godofredo da cidade de Gaspar (SC) e registros de batismo da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Itajaí (1839-1888) e da Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo de Gaspar (1861-1888). A partir das análises e cruzamento das informações contidas nas fontes, percebemos que durante o século XIX houve uma aproximação entre esses dois “grupos”, cujos laços de solidariedade estabelecidos permaneceram na memória oral no século seguinte.

Palavras-chave: Memória; Belgas; Africanos.

Abstract: In this article we seek to investigate the relationships between Africans and Belgians, as well as between their descendants, in the region of Vale do Itajaí, in Santa Catarina, during the 19th and 20th centuries. The sources used consisted of oral interviews carried out in the 1980s and 1990s within the framework of the Frei Godofredo Foundation in the city of Gaspar (SC) and baptismal records of the Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Itajaí (1839-1888) and the Igreja Matriz of Saint Peter Apostle of Gaspar (1861-1888). Based on the analysis and crossing of information

¹ Referimo-nos à região compreendida atualmente pelos municípios de Ilhota e Gaspar, que durante boa parte do século XIX eram uma localidade e uma freguesia, respectivamente, pertencentes à Vila de Itajaí, na então província de Santa Catarina.

contained in the sources, we realize that during the 19th century there was a rapprochement between these two “groups”, whose established bonds of solidarity remained in oral memory in the following century.

Keywords: Memory; Belgians; Africans.

Considerações Iniciais

[...] a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (CALVINO, 2011, p. 14-15).

O escritor cubano Italo Calvino, no seu clássico livro *As cidades invisíveis*, apresenta que as cidades não contam o seu passado, elas os contém. Quem conta o seu passado são os memorialistas, os escritores, os meios de comunicação... Porém, cientificamente, isto é, aliado a uma boa teoria e um método rigoroso, são as historiadoras e os historiadores que o fazem.

As cidades “contêm o passado”, pois guardam registros (documentos) de povos e comunidades pretéritas. Todavia, não guardam por mero acaso. Jacques Le Goff (1990, p. 547-548) mostra que o documento é o resultado do “esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”. Portanto, concordamos com a afirmação de Calvino (2011) no que diz respeito ao passado das cidades. Mas, respeitosamente, complementaríamos dizendo que a cidade, além dos documentos oriundos da “cultura material”, também “contêm o passado” através da memória das pessoas que lá vivem/viveram ou que por ela passaram. Afinal, a memória “é uma atualização do passado ou a presentificação do passado e é também registro do presente para que permaneça como lembrança” (CHAUÍ, 2000, p. 161). E uma das alternativas de registrá-la é através das entrevistas orais.

Nessa tentativa de registrar as memórias da cidade de Gaspar, em Santa Catarina, a Fundação Frei Godofredo patrocinou a realização de entrevistas com antigos munícipes, entre o final da década de 1980 e início da década de 1990. Na sua maioria octogenários e nonagenários, foram entrevistados descendentes de imigrantes alemães, portugueses, italianos, “brasileiros” e, em menor número, belgas e africanos, cujos antepassados se estabeleceram em Gaspar quando esta era ainda uma freguesia da então Vila de Itajaí.

O esforço da Fundação em construir um banco de entrevistas não era necessariamente de registrar “a história vista de baixo” ou a “história dos vencidos”, mas sim, como aponta Ferreira (1994, p. 9), o “preenchimento de lacunas deixadas pela ausência de fontes escritas”. Na época em que foram desenvolvidas as entrevistas, o município ainda não possuía arquivo próprio com documentos permanentes (históricos) e era de interesse da Fundação Frei Godofredo registrar o passado da cidade através das memórias dos moradores sobre o período anterior à emancipação político-administrativa de Blumenau (cidade vizinha), ocorrida em 1934.

A partir da inauguração do Arquivo Histórico Documental do Município de Gaspar e o encerramento da antiga Fundação, as transcrições dessas entrevistas foram doadas à instituição em 2018, as quais tivemos conhecimento e acesso no final do ano de 2021. Avisamos de antemão que não acessamos os áudios das entrevistas aqui analisadas por eles não existirem mais. E reforçamos que pode ter havido problemas na passagem do oral para o escrito por quem transcreveu, dado que esse ato não empreende a conversão da realidade, já que se trata da recriação das falas dos envolvidos para “comunicar melhor o sentido e a intenção do que foi registrado” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 136).

Quando tivemos acesso às entrevistas orais, um dos autores deste trabalho estava envolvido em outra pesquisa a respeito da população de origem africana no Vale do Itajaí. Consultava, naquela época, os livros de batismos, casamentos e óbitos da região, especificamente das igrejas que atendiam a freguesia de Gaspar no século XIX, sendo elas: a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Itajaí (1839-1888) e a Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo de Gaspar (1861-1888).

Concomitantemente, ao ler algumas das entrevistas realizadas pela Fundação Frei Godofredo e os registros eclesiais das igrejas da região, percebemos que ambos, apesar das suas especificidades, traziam informações em comum ou complementares. Mesmo que de maneira breve, alguns dos entrevistados suscitaram da memória familiar lembranças do “tempo do cativo”, no caso dos descendentes de escravizados da região, bem como lembranças a respeito da Colônia Belga, por descendentes de imigrantes desse país. Essas fontes indicavam para a existência de relações ainda desconhecidas pela historiografia entre os dois grupos que compartilharam, durante o século XIX, o mesmo território.

Verena Alberti (2020) nos lembra de que comparar e cruzar as informações das entrevistas orais com outros documentos de arquivo é uma possibilidade, “pois às vezes há um deslocamento temporal ou de sentido que permite ao pesquisador verificar como a memória sobre o passado vai se constituindo” (ALBERTI, 2020, p. 187). Nesse caso, os registros eclesiásticos são excelentes fontes históricas para contrapor às entrevistas, visto que

Em princípio, toda a população pode ser recuperada [...] Por isso, os livros que os contêm são considerados fontes democráticas. Mesmo que, para determinados momentos e locais, uma parcela dos nascimentos, das uniões conjugais e dos óbitos, por algum motivo, não tenham sido anotados, esses livros incluem de fato todos os setores da sociedade. Homens e mulheres, ricos e pobres, brancos, negros e índios, nacionais e estrangeiros, filhos legítimos e ilegítimos/naturais, crianças expostas ou enjeitadas e também escravos e libertos (antes de 1888) tiveram (e têm) os seus eventos vitais registrados (BASSANEZI, 2020, p. 142).

A saber, tivemos como objetivo neste artigo investigar as relações entre africanos e belgas, assim como entre seus descendentes, a partir das entrevistas orais e registros eclesiásticos da região. Dessa maneira, dividimos o trabalho em dois momentos:

O primeiro, intitulado *O cenário, o palco e os personagens*, traçamos um panorama a respeito dos sujeitos a serem investigados, ou seja, belgas e africanos a partir da historiografia regional. Informamos, entretanto, que não tivemos como finalidade dissecar o tema da colonização belga ou da presença africana na região do Vale do Itajaí.

Na segunda parte, nomeada *Entrevistas e registros de batismo* é onde propriamente analisamos as entrevistas orais realizadas pela Fundação Frei Godofredo e cruzamos com os registros de batismo. Compõem o conjunto de fontes orais analisadas neste artigo as entrevistas realizadas com: Maria Luiza da Silva, neta de imigrantes belgas; João da Conceição, neto de escravizados; e Maria Konder Bornhausen (Marieta), descendente de um escravocrata da região.

O cenário, o palco e os personagens

E nessas cidades, vilas e aldeias, nos seus cais, praças e chafarizes vi somente — escravos! [...] Por isto o estrangeiro que chega a algum porto do vasto império — consulta de novo a sua derrota e observa atentamente os astros porque julga que um vento inimigo o levou às costas d’Africa. [...] E conhece por fim que está no Brasil [...] (GONÇALVES DIAS, 1959, p. 743).

Aos 17 dias de novembro de 1844, após quase três meses cruzando o oceano Atlântico, atracava no porto da Ilha de Santa Catarina, cidade de Desterro, o navio belga de nome *Jean van Eyck*. Dessa embarcação, desceram em solo catarinense 109 súditos belgas, que alguns meses antes haviam embarcado no porto de Ostende, na região de Flandres Ocidental, e passado pelos portos de Santa Cruz de Tenerife, Espanha, e do Rio de Janeiro (FICKER, 1971, p. 19; STOLS, 2014, p. 23). Esses estrangeiros, assim como escreveu o poeta maranhense Antônio Gonçalves Dias, devem ter pensado que por algum motivo haviam desembarcado na costa da África. Desterro, desde as duas últimas décadas do século XVIII e as duas primeiras décadas do século XIX havia se inserido no mercado colonial de alimentos e, conseqüentemente, tinha recebido grande afluxo de escravizados vindos do Rio de Janeiro, formando uma importante e significativa comunidade negra nas imediações do porto (MAMIGONIAN; CARDOSO, 2021, p. 23).

Entre os que desembarcaram na capital da província de Santa Catarina estava o agricultor Ignace de Sanders, com 42 anos, acompanhado de sua esposa e filhos. De Sanders era natural da pequena vila de Vladslo, do Reino da Bélgica e assim como os mais de 100 compatriotas que o acompanhavam nessa viagem transatlântica, vinha para terras catarinenses a partir do empreendimento da *Compagnie Belge-Brésilienne de Colonisation*, dirigido pelo engenheiro Charles Van Lede (MAES, 2005, p. 60).²

O destino de Ignace de Sanders e seus companheiros, todavia, não era Desterro, mas sim terras adquiridas pela companhia de Van Lede às margens do rio Itajaí-Açu, compradas do fazendeiro local, major da Guarda Nacional e grande senhor de escravizados, José Henriques Flores. Ao que parece, no mesmo dia ou em dias seguintes, através de iates costeiros, os imigrantes seguiram ao povoado de Itajaí e, rio acima, até o local denominado “Ilhota” (FICKER, 1972, p. 18- 20; STOLS, 2014, p. 24). Conforme o mapa elaborado pelo próprio Van Lede (1842), a colônia ficava próxima ao “Afluente das Minas” e do “Morro Pinheiros” (Figura 1).

² “Charles Van Lede (1801-1875), nascido em Bruges de uma família de comerciantes e proprietários de terras, conhecia a América Latina por seu trabalho como engenheiro militar no México e no Uruguai nos anos de 1826 a 1828. No Chile teria sido diretor das obras hidráulicas. Seu irmão, Louis Auguste Van Lede, vice-cônsul do Brasil em Bruges e sócio da Société de Commerce de Bruges, fazia comércio com o Brasil” (STOLS, 2014, p. 23). A lista de imigrantes embarcados no brigue *Jean van Eyck* encontra-se transcrita no *site* Patrimônio Belga no Brasil (2022).

Figura 1: Mapa da região onde foi estabelecida a Colônia Belga de Ilhota



Fonte: Adaptado de Van Lede (1842).

Entre os motivos que trouxeram esses colonos, estava de um lado as transformações provocadas pela Revolução Industrial em curso na Europa, e de outro, a recente política imigrantista do Império brasileiro.

Desde a década de 1830, quando se tornou independente da Holanda, a Bélgica passava por uma acentuada crise econômica e demográfica. A produção fabril nas cidades foi substituindo rapidamente a produção de artigos artesanais. As regiões do Flandres oriental e ocidental - esta última de onde vieram à maioria dos passageiros do brigue *Jean van Eyck* - sentiam as consequências do êxodo rural e o desemprego nas suas maiores cidades, que provocavam um estado de absoluta pobreza entre a maior parte dos seus habitantes. Com a finalidade de evitar revoltas populares, o então rei Leopoldo I buscou na emigração para colônias de povoamento belga no ultramar um modo de atenuar as crises internas de seu país, além de expandir novos mercados para produtos belgas (STOLS, 2014, p. 22).³

Somado às transformações correntes na Europa Ocidental, concomitantemente, no Brasil, existia uma recente política imigrantista. A partir do Tratado luso-britânico de 1810, também conhecido como “Tratado de Pelris”, em que a Coroa portuguesa se comprometia a reduzir

³ Para compreender melhor os empreendimentos coloniais belgas na época do reinado de Leopoldo I, indicamos: Ansiaux (2006). Sobre as relações entre Brasil e Bélgica nesse período, ver: Stols (1999; 2001).

paulatinamente o tráfico negreiro, intensificou no Sul do Brasil a preocupação em ocupar terras devolutas por braços brancos, sobretudo por europeus não ibéricos (ALENCASTRO, 1988, p. 31). Essa “lógica geopolítica de povoamento”, como chamou Seyferth (2002, p. 119-120), acentuada a partir da década de 1840, compreendia as terras devolutas como “vazias”, e desconsiderava os povos originários que lá viviam, ou como eram chamados pejorativamente pelas autoridades públicas e colonizadores, “bugres”, classificando-os como nômades e incivilizados.⁴

Tal política, no entanto, exigia um tipo ideal de imigrante. Como bem sintetizou Alencastro (1988, p. 31), ‘os imigrantes deveriam reforçar o alicerce europeu de uma sociedade “africanizada” pelo escravismo’. Predominava-se dentro do pensamento imigrantista da época que a manutenção do sistema escravista fazia da África apenas uma terra de “bárbaros” e não de eventuais imigrantes. Por isso, para os “homens bons” da elite brasileira, buscar imigrantes em África aumentaria a “africanização” da sociedade e da cultura nacional, e na lógica deles, era preciso reverter esse quadro (SEYFERTH, 2002, p. 120-125).⁵

Contraditoriamente a esse discurso de branqueamento, e apesar das leis antitráfico e toda a repressão nacional e internacional, estatísticas apontam que até pelo menos 1850, ano da aprovação da chamada “Lei Eusébio de Queirós”, desembarcaram ilegalmente na costa brasileira cerca de 790 mil africanos (SLAVE VOYAGES, 2023).⁶ Nessa sociedade que desejava ser “branca”, “europeia”, e “civilizada”, mas não abandonava o tráfico (pelo menos até 1850), muito menos o sistema escravista, é que Ignace de Sanders, Charles Devleeschauwer, Eugene Maes, Leonard Van der Gucht e tantos outros colonos belgas migraram para a América, por vontade própria ou pela pressão da revolução em curso no seu continente (MAES, 2005, p. 60-61).

⁴ Conforme Klug (2009, p. 204), “Cedendo à pressão dos latifundiários escravistas, o governo imperial baixou, em 1830, uma lei proibindo qualquer despesa, por parte do governo, com a imigração e colonização de estrangeiros em qualquer das províncias do império. Os motivos eram claros: os latifundiários percebiam a pressão inglesa para dar fim ao tráfico escravista, o que lhes era altamente nocivo. Em 1834, tal atividade foi delegada às províncias, que deveriam também arcar com os custos do processo. Dois anos depois, em 1836, a província de Santa Catarina elabora sua legislação a esse respeito, permitindo a colonização através de companhias colonizadoras ou de empresas particulares, nacionais ou estrangeiras”.

⁵ Expressão cunhada no período colonial brasileiro e empregada a partir de então para se referir a “aquele que reunia as condições para pertencer a um certo estrato social, distinto o bastante para autorizá-lo a manifestar sua opinião e a exercer determinados cargos” (VAINFAS, 2001, p. 285).

⁶ Para uma compreensão melhor acerca dessa lei, sugerimos o trabalho de Beatriz Mamigonian (2020).

Na colônia de Ilhota, no Vale do Itajaí, imaginamos que o contato entre os belgas e negros tenha sido imediato. É sabido que nas margens do rio Itajaí-Açu os primeiros vestígios da presença de origem africana na condição de escravizados remetem ao final do século XVIII, como demonstra um documento de 1794 redigido por moradores locais e transcrito por Maria Bernardete Ramos Flores (1979):

Dizem os moradores do Riyo de Tajahy da comarca da Ilha de Santa Catarina, Matias Dias de Arzão, Sylvestre Nunes, José Correya e outros casados com famílias e escravaturas que todos fazem o número de quarenta e tantos moradores que estavam situados nas margens do referido Riyo com suas casas cútios e lavouras de mandioca e outras, criação de aves e animais e outras benfeitorias e de tudo pagão Dízimos ao Real Patrimônio... (FLORES, 1979, p. 51).

Poucos anos antes dos belgas desembarcarem em Itajaí, em 1840, a população desse distrito pertencente ao município de Porto Belo era de 1404 pessoas, e dessas pelo menos 163 eram negras, sendo cerca de 11% da população total (D'ÁVILA, 1982, p. 32). Além de “crioulos”, parte dessa percentagem de negros era também constituída por africanos.

José Bento Rosa da Silva (2014), em um trabalho precursor a respeito da presença negra na Foz do Itajaí, constatou a existência de africanos, sobretudo *bantos*.⁷ Por meio de registros da Capela de São João Batista de Itapocorói, Silva (2014) identificou que entre a última década do século XVIII e o início da década de 1840, nessa região, viviam africanos de “nações”: benguela, moçambique, cabinda, rebole, guiné, congo, mogumbe, monjolo, calabar, mina, camundá e angola.⁸

Assim, parafraseando alguns autores da diáspora africana, foi nesta “ilha de África” localizada no Vale do Itajaí, na então província de Santa Catarina, que desembarcaram primeiramente os colonos belgas a bordo do brigue *Jean van Eyck*. E, posteriormente, em agosto de 1846, a segunda

⁷ Conforme a *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*, “[...] “banto”, “banta”, “bantos”, “bantas” – ou sem flexões – “bantu” –, [...] designa cada um dos membros da grande família etnolinguística à qual pertenciam, entre outros, os escravos no Brasil chamados angolas, congos, cabindas, benguelas, moçambiques, etc. [...] O termo português “banto” designa o amplo grupo de línguas e dialetos negroafricanos falados na África central, centro-ocidental, austral e em parte da África oriental” (LOPES, 2011, p. 195-196).

⁸ Segundo Mortari (2015, p. 141), estas designações como “de nação” ou “nação” “não possuíam correlação com as formas por meio das quais os africanos costumavam identificar-se na África. Geralmente, nação referia-se ou a portos de embarque, a região de onde eram provenientes os escravos, ou a uma identificação dada pelos próprios traficantes em razão de algumas semelhanças atribuídas a tais escravos pelos europeus, de forma que somente é possível apontar regiões de procedência dos africanos e não grupos étnicos a que pertenciam”.

e última leva de colonos vindos pelo navio de nome *Adèle* (STOLS, 2014).⁹ Tanto eles quanto os negros que habitavam essa região, registraram, na história e na memória, vestígios das relações estabelecidas entre si. Dedicamo-nos, agora, em seguir essas pistas...

Entrevistas e registros de batismos

No dia 06 de junho de 1990, o casal Hercílio Hotequir e Maria Luiza da Silva foram entrevistados por uma representante da Fundação Frei Godofredo. Apesar do sobrenome da mulher ser “Silva”, ambos os entrevistados eram descendentes dos antigos imigrantes belgas da região de Ilhota, sendo ela dos que vieram no primeiro navio, ou seja, no *Jean van Eyck*, em 1844, e ele dos que vieram dois anos depois, através da embarcação de nome *Adèle*.

Ao longo da entrevista, após a fala de seu marido, que também era seu primo, Maria Luiza da Silva trouxe recordações a respeito daquilo que “ouve falar” de sua bisavó, Leonarda de Sanders. Leonarda (Coelho de solteira) era esposa de Alexandre de Sanders, e nora de Ignace de Sanders, imigrante que já mencionamos anteriormente. Segundo a entrevistada:

Os De Sanders vieram da Bélgica para Ilhota. Ali em Ilhota, margem direita do rio, próximo aos Maba, aos Maes, etc. Plantavam mandioca para fazer farinha, moravam em casa de madeira com cozinha grande, coberta de palhas e cozinha de chão batido. Eram pessoas muito católicas e sabiam ler e escrever. [...] **eram frequentemente convidados para serem padrinhos das crianças negras e recebiam, muitas vezes, escravos adultos que suplicavam ao Alexandre de Sanders para que intercedesse junto ao seu senhor para amenizar castigos e penas**¹⁰

Maurice Halbwachs (1990), sociólogo da “escola durkheimiana”, já alertava ao diferenciar a “memória coletiva” da “memória individual” que essa última não está inteiramente isolada.¹¹ Segundo ele, as pessoas, às vezes, têm a necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. A estas

⁹ Expressão utilizada por historiadores e cientistas sociais dedicados a pesquisa da diáspora africana para se referir aos territórios negros fora de África.

¹⁰ Fundação Frei Godofredo. Central de Documentação - História de Gaspar. 1990. Assunto: Belgas, Portugueses e Alemães. Entrevista n. 139. [Grifo nosso].

¹¹ Segundo Halbwachs (1990), o indivíduo participa de duas espécies de memórias, ou seja, a memória individual e a memória coletiva. A memória individual “é no quadro de sua personalidade, ou de sua vida pessoal, que viriam tomar lugar suas lembranças: aquelas que lhe são comuns com outras não seriam consideradas por ele a não ser sob o aspecto que lhe interessa, na medida em que ele se distingue delas”. Enquanto na memória coletiva “ele seria capaz, em alguns momentos, de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter as lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo” (HALBWACHS, 1990, p. 53).

lembranças de gerações passadas, Michael Pollak (1992) posteriormente chamou de “memórias herdadas”.

A partir das “memórias herdadas” da sua avó, Maria Luiza fez revelações importantes sobre as relações entre os belgas e os escravizados, quais sejam o compadrio e os laços de solidariedade estabelecidos entre ambos. É interessante verificar que a memória da família de Sanders tenha preservado essas lembranças. Talvez, por serem “pessoas muito católicas”, como disse Maria Luiza, o ato de apadrinhamento fosse algo muito importante para elas. Tostes e Oliveira (2014) discorrem que:

Diante da Igreja e como indicam as Constituições primeiras, no ato do batismo os padrinhos tornam-se pais espirituais de seus afilhados e, a partir disso, eles “têm a obrigação de lhes ensinar a doutrina cristã e os bons costumes”. O apadrinhamento cria um vínculo de parentesco entre as partes e implica, inclusive, na instituição de impedimentos canônicos entre os pais do batizando e do próprio com os padrinhos. Assim como entre pais, filhos, irmãos, primos, etc., ficava impedido aos padrinhos contraírem matrimônio com seus afilhados e compadres (TOSTES; OLIVEIRA, 2014, p. 214).

O compadrio, contudo, vem sendo estudado pela historiografia para além do seu sentido religioso, isto é, como uma forma de ampliar as relações e laços de solidariedade entre as pessoas envolvidas. Se para os africanos adultos batizados ainda em África ou ao desembarcar na costa brasileira os padrinhos são desconhecidos, para os crioulos, os padrinhos eram pessoas escolhidas e que assumiam o compromisso perante a pia batismal. Era obrigação dos padrinhos e madrinhas darem ajuda espiritual, mas principalmente material a seus afilhados e familiares, visto que os laços estabelecidos a partir desse sacramento não prendiam apenas “padrinho e afilhado, ligam o padrinho, sua família e os pais da criança batizada, cujo grupo, em seu conjunto, ganha uma promoção excepcional” (MATTOSO, 2003, p. 132). No caso de pais e mães que privilegiavam o estabelecimento desse “parentesco espiritual” para além das fronteiras do cativeiro, isso indica “a necessidade, num mundo hostil, de criar laços morais com pessoas de recursos, para proteger-se a si e aos filhos” (SLENES, 1997, p. 271).

As reminiscências de Maria Luiza fazem voltar a nossa atenção para os livros eclesiásticos, sobretudo os de batismo. Teriam, de fato, os de Sanders subido aos altares da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Itajaí ou da Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo de Gaspar com a

finalidade de apadrinhar crianças escravizadas ou ingênuas? Os registros mostram que sim, em pelo menos duas vezes, como se vê abaixo¹²:

Antonio

10 de Maço [de 1856] baptizei Antonio filho legítimo filho legítimo [sic] de escravo casado Antonio, e Felizbina escrava de Sr José Henriques Flores, e de Sra Maria Clara da Silveira. Os Padrinhos forão **Karloz de Sanders** e Maria Luiza Bernarda. O Vig^o P. Amando.¹³

115. Alexandre

Aos quinze de outubro do anno de mil oitocentos e oitenta e um nesta parochial Capella de São Pedro Apostolo, baptizei solennemente o innocente Alexandre, nascido a vinte e sete de Julho do anno supra, filho legítimo de Joaquim Robollo¹⁴, natural d’Africa, e da sua mulher Francisca Anna Isabella, natural da Penha, moradores nesta freguesia. Avós paternos: desconhecidos; avós maternos: Alexandre Ribeiro e Ana Isabella. Foram padrinhos: **Augusto Hostin**, solteiro, e sua mãe **Maria Luisa de Sanders**: E para constar fiz este assento, que assino.

O Vig^o Henrique Matz O. S. F.¹⁵

Um ponto que chama a atenção é que dos quatro progenitores, somente a mãe de Alexandre, Francisca Anna Isabella, era “crioula”. Seu marido, Joaquim, assim como os pais de Antonio eram africanos. Ainda que o vigário padre Amando tenha suprimido a informação das naturalidades de Antonio e Felisbinda, encontramos a origem de ambos no registro de casamento deles:

Aos 9 de julho de 1842 nesta matriz do Smo Sacro de Itajahi pelas tres horas da tarde em minha presença e das duas testemunhas abaixo assignados com as três canonicas publicações sem impedimento, em observância do decreto de S. M. I. do 13 de Novembro de 1821, se receberão em matrimônio com palavra do presente, como determina o concílio Tridentino, a constituição do Bispado **Antonio de nação Cabinda com Filisbina de nação Caçonga**, ambos escravos de Jozé Henriques Flores com nomes dos pais e avós incógnitos. Logo lhes conferi as bênçãos nupciais conforme o ritual Romano, e para que conste assigno com verdade. João Baptista Ramanoio vigário a rogo de Thomé Vieira Barbosa, e Ignacio José da Rocha, a rogo de Ant. Alves Nascimento.¹⁶

¹² Talvez o número fosse maior, porém não tivemos acesso aos registros de batismo da Igreja do Santíssimo Sacramento de Itajaí entre os anos 1848 até 1853 por estes não existirem mais.

¹³ Livro de Batismo da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Itajaí, 1856, fl. 6. [Grifo nosso].

¹⁴ Segundo Nei Lopes (2011, p. 1193), “rebolo” era “Nome dado no Brasil ao individuo dos libolos, povo do grupo etnolinguístico dos ambundos, estabelecido ao sul do curso inferior do rio Cuanza”.

¹⁵ Livro de Batismo da Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo de Gaspar, 1881, fl. 66. [Grifo nosso].

¹⁶ Livro de Casamento da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Itajaí, 1842, fl. 146v. [Grifo nosso]. Sobre a origem do casal: “No Brasil, eram chamados de “cabindas” ou “cambindas” africanos provenientes de portos dessa região. Já “cacongo” ou “kakongo” se refere a um antigo reino de mesmo nome, fazendo parte do grande reino do Congo. Tanto cabinda quanto cacongo constituem o subgrupo dos bacongos, grupo etnolinguístico banto, predominante no litoral catarinense (LOPES, 2011; PIAZZA, 1999, *apud* BOSIGNARI, 2022, p. 52).

Os de Sanders, entretanto, são apenas uma das famílias belgas que apadrinharam crianças escravas e ingênuas no Vale do Itajaí. Outros padrinhos e madrinhas com sobrenomes belgas aparecem fazendo o mesmo, sendo eles das famílias: Hostin, Maes, Brakefeld e Villain.

Dezembro 5

Crispim Crioulo

Escravo

Aos 5 dias de Dezembro de 1859 Capella de S. Pedro Apº Colonia de Gaspar eu Vigário Carlos Baegehausen [?] baptizei solenemente e puz os santos óleos ao inocente Crispim, Criolo, filho natural de Maria Antonia, escrava de José Henriques Flores desta Fregª o qual nasceu no mês de junho deste anno. Foram Padrinhos **Carlos Maes e Luiza Brakefeld**; e por ser verdade e poder constar fiz este assento, que com testemunho de fé foi assignado pelo Frei Parocho actual da Fregª do Sº Sacramento de Itajahy. Dia e mês era ut supra. O Vigário Pe João.¹⁷

Nº 13. Fêmea. Na fregª. Generosa. Nascida no I de Maio de 1860. Antonio Henriquez, escravo do Illmo. Sñr. Capitão José Henriquez Flores; Felisbina Maria escrava, mãe (pai incógnito). Baptizada aos 30 de Março de 1861. Padrinho **Guilherme Villain** [...] e sua mulher Josephina Anna Maria como madrinha. Avôs da costa d'África. O Pe. Alberto Francisco Gattone.¹⁸

Nº 36. São Pedro Apóstolo. Fêmea. Benvinda cativa. 8 meses. Os escravos Antonio e Felisbina. Baptizada em 28 de Abril 1865. Padrinhos **Guilherme Villain e Catharina Villain**. O Cura A. F. Gattone.¹⁹

Nº 83. São Pedro Apóstolo. Fêmea. Catharina escrava. 4 ½ meses. Mãe a escrava Porcyna. Baptizada em 16 de Maio 1867. Padrinhos José Junk e **Catharina Villain**. O Cura A. F. Gattone.²⁰

Maria Luiza, além de recordar que seus antepassados eram convidados a apadrinhar crianças negras, informa que estes acolhiam os escravizados que sofriam castigos e penas severas por parte dos seus senhores. Nesta ocasião, é importante mencionar que as terras dos Sanders ficavam próximas à propriedade de José Henriques Flores, conhecido pela historiografia como um grande senhor de escravizados do Vale do Itajaí, conforme Figura 2.

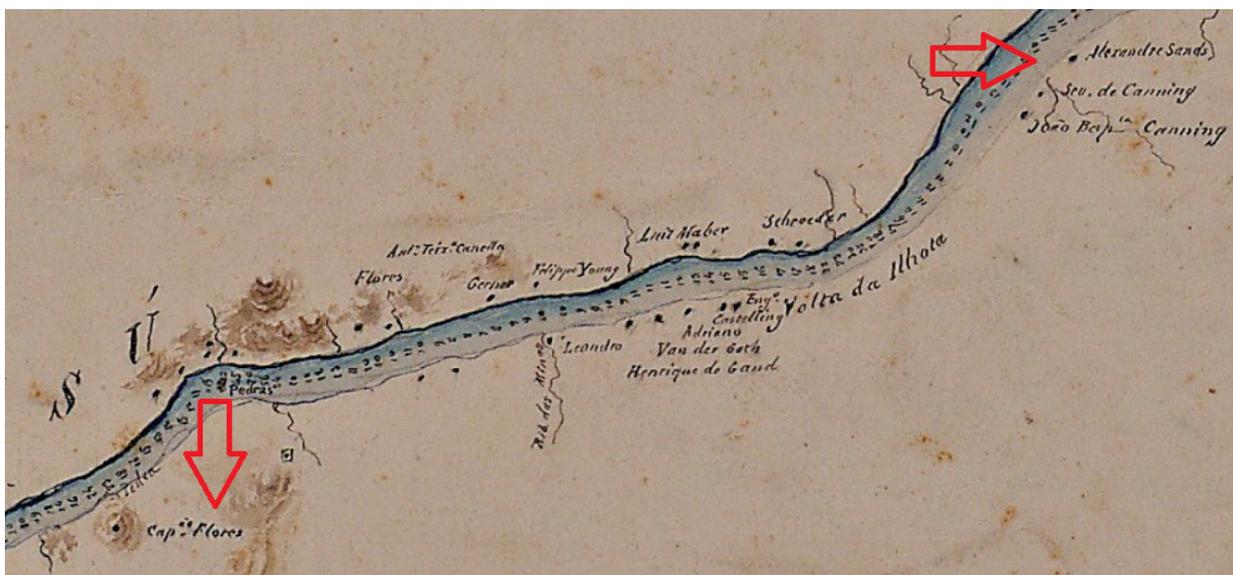
¹⁷ Livro de Batismo da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Itajaí, 1859, fl. 83v. [Grifo nosso].

¹⁸ Livro de Batismo da Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo de Gaspar, 1861, fl. 3. [Grifo nosso].

¹⁹ Livro de Batismo da Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo de Gaspar, 1865, fl. 189. [Grifo nosso].

²⁰ Livro de Batismo da Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo de Gaspar, 1867, fl. 199. [Grifo nosso].

Figura 2: Mapa com o nome de alguns moradores da antiga Colônia Belga de Ilhota, destaque para Alexandre de Sanders, grafado como “Sands”



Fonte: adaptado de Rivierre (1859).

Ora, estaria Maria Luiza citando as fugas de escravizados de 1866 e 1867 que ocorreram na fazenda de Flores? Teriam seus antepassados ajudado, mesmo que indiretamente, os escravizados fugitivos? Muito possivelmente a lembrança que trouxe a entrevistada seja um indício, preservado na memória familiar, do auxílio que seus antepassados deram às fugas desses cativos. Dado que alguns desses escravizados fugitivos, no caso Antonio Cabinda e Felisbina Caçonga, eram ligados por laços de compadrio com os de Sanders, como visto anteriormente no registro de batismo do menino de nome Antonio.

No tocante às fugas da fazenda de José Henriques Flores, a primeira delas, de acordo com Bosignari (2022), aconteceu no mês de março de 1866, quando fugiram da senzala da fazenda os escravos Joaquim, Antonio e Felisbina, os quais foram capturados, a pedido do proprietário, na cadeia pública de Desterro. A segunda, seguidamente, ocorreu em 19 de agosto de 1867, quando, na mesma propriedade, fugiram dez escravizados com a finalidade de denunciar seu senhor por maus-tratos na delegacia de Itajaí, sendo eles: os africanos Simão, Antonio, Belisário, Sabino e Pedro, e os crioulos David, Mariano, Francisco, Mathias e Luis.

A lembrança de que Flores era um “mau senhor” permaneceu entre os descendentes dos seus escravizados. Em 17 de julho de 1989, João da Conceição, neto de Belisário e Maria Antônia, antigos escravizados de José Henriques Flores, em entrevista a Fundação Frei Godofredo, afirmou que “o avô Belisário cuidava da atafona e do descascador de arroz que eram movidos à água de represa. Belisário e família deviam morar próximo à casa grande da fazenda do Cel. Flôres [...] **ouvira dizer dos antigos parentes e vizinhos que o Coronel Flôres era mau para os seus escravos**”.²¹

As lembranças a respeito de castigos físicos e da crueldade dos senhores é uma das marcas do “tempo do cativo”. Ana Lugão Rios e Hebe Mattos (2005), através de entrevistas de história oral com descendentes de escravizados das fazendas cafeeiras paulistas, constataram:

É extremamente significativo que [...] os significados do “tempo do cativo” apareçam definidos principalmente por seu sentido de redução de seres humanos à condição de simples mercadoria por meio da violência. [...] Os castigos físicos também definem essencialmente esse tempo, presente nas diversas narrativas de requintes de crueldade. [...] As narrativas de torturas e maus-tratos se fazem em geral como histórias genéricas, com personagens não identificados aos ascendentes do narrador (RIOS; MATTOS, 2005, p. 52-54).

Se, de um lado, as memórias dos descendentes dos cativos e dos belgas registraram a existência de abusos por parte dos senhores da região. Por outro, este assunto permaneceu esquecido, senão silenciado entre os descendentes desses escravocratas. Este é o caso da ex-primeira-dama do estado de Santa Catarina, Maria Konder Bornhausen (popularmente conhecida por Marieta), neta do fazendeiro José Henriques Flores. Em entrevista a Fundação Frei Godofredo em 21 de março de 1989, na época com cerca de 90 anos, não disse sequer uma palavra a respeito do tratamento dado por seu avô aos escravizados da fazenda dele.

Cida Bento (2022) argumenta que é comum o esquecimento ou o silenciamento por parte dos descendentes de escravocratas às atrocidades cometidas por seus antepassados. A esse “mecanismo” a autora chama de “pacto da branquitude”. Em suas palavras, trata-se de

[...] um pacto narcísico entre coletivos que carregam segredos em relação a seus ancestrais, atos vergonhosos como assassinatos e violações cometidos por antepassados, transmitidos

²¹ Fundação Frei Godofredo. Central de Documentação - História de Gaspar. 1989. Assunto: Descendentes dos escravos do Coronel José Henriques Flores. Entrevista n. 48. [Grifo nosso].

através de gerações e escondidos, dentro dos próprios grupos, numa espécie de sepultura secreta. [...] O pacto é uma aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo. Gera esquecimento e desloca a memória para lembranças encobridoras comuns. O pacto suprime as recordações que trazem sofrimento e vergonha, porque são relacionadas à escravidão (BENTO, 2022, p. 23-25).

Marieta, num discurso protecionista, aos moldes do “pacto da branquitude”, pôs na entrevista concedida seus antepassados como vítimas, e não como algozes. A ex-primeira-dama, ao discorrer sobre a avó, Maria Clara Breves da Silveira, disse que: “Era de uma família quatrocentona do Estado do Rio e por isso detestava morar em Gaspar, onde havia bugres e negros ficando muito distante do desenvolvimento. **Costumava dormir com um revólver debaixo do travesseiro para proteger-se dos bugres ou negros**”.²²

Esse temor que sentia Maria Clara e tantos outros senhores e senhoras de escravizados da América durante o século XIX tinha nome e sobrenome, chamava-se “Revolta de São Domingos”, ou como nomeava a classe dominante brasileira: “haitianismo”. Esse *turning point* na história do mundo Atlântico, assim classificado por Davis (2001), interferiu em todo o debate sobre a emancipação, desde o movimento parlamentar britânico em 1792 para proibir o comércio de escravos africanos, até a tardia abolição no Brasil, em 1888.

Agora, retomando a entrevista de Maria Luiza da Silva, essa concluiu suas memórias a respeito da escravidão na freguesia de Gaspar dizendo que, sua avó “já velhinha e com um braço paralisado [...] sempre contava a triste história dos bebês das escravas que faleciam muitos [...] outros ao nascer **recebiam um fio amarrado ao pescoço, que era constantemente apertado a fim de ter insuficiência respiratória e ir definhando aos poucos**”.²³

Tanto nos dias de hoje, como no passado, a prática do aborto clandestino e do infanticídio são assuntos que, por vezes, são colocados no campo do “não dito” e são denominadas de “memórias subterrâneas”, ou seja, não hegemônicas. Sobre elas, Michael Pollak argumenta que:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em meus exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos

²² Fundação Frei Godofredo. Central de Documentação - História de Gaspar. 1989. Assunto: A Vida do Coronel José Henriques Flores. Entrevista: n. 22. [Grifo nosso].

²³ Fundação Frei Godofredo. Central de Documentação - História de Gaspar. 1990. Assunto: Belgas, Portugueses e Alemães. Entrevista n. 139. [Grifo nosso].

específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. [...] Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado (POLLAK, 1989, p. 8).

Por alguma razão, Maria Luiza quis trazer à entrevista essa “memória subterrânea”. Quiçá, seja porque essa reminiscência do passado, embora “guardada” por sua família, não diz respeito à identidade dela. É uma lembrança do outro. E o outro, nesse caso, é chamado genericamente de escravo.

Essa situação, todavia, não é nova. Em *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* publicado originalmente em 1711, o padre André João Antonil já alertava sobre tal situação. Pedagogicamente, Antonil recomendava aos senhores de escravizados que estes dessem a suas escravas os restos das comidas de seus filhos. Caso não fizessem dessa maneira, “algumas escravas procuram de propósito aborto, só para que não cheguem os filhos de suas entranhas a padecer o que elas padecem” (ANTONIL, 2011, p. 111).

Mais de trezentos anos depois, apesar de não haver consenso, parte significativa dos historiadores tem visto o aborto, o infanticídio e o suicídio como atos de resistência face ao sistema escravista. Sabe-se que as escravizadas, mesmo dentro do cativeiro, tentavam manter o controle dos seus corpos. Por isso algumas delas utilizavam inúmeras ervas e remédios abortivos, além da introdução de elementos cortantes ou perfurantes nos seus úteros para interromper a gravidez (MORR, 1989, p. 92; MACHADO, 2018, p. 339).

Os possíveis casos de infanticídios, conforme descrito por Maria Luiza, onde as mães amarravam fios aos pescoços dos seus filhos e apertavam constantemente até elas chegarem à morte, pode ser acarretado por vários motivos. O *banzo*, a separação de famílias, maus-tratos e, inclusive, suas próprias crenças poderiam ser razões para essas atitudes extremas. Não era raro, no Brasil, principalmente entre os africanos, o desejo de retornar à África.²⁴ Muitos compartilhavam a crença de que, ao tirarem a sua vida ou a de seus filhos, nasceriam novamente no antigo continente, nas terras onde nasceram seus pais ou avós. Afinal, foi essa memória ancestral de África que deu aos

²⁴ O banzo era o “Estado psicopatológico, espécie de nostalgia com depressão profunda, quase sempre fatal, em que caíam alguns africanos escravizados nas Américas. O termo tem origem ou no quicongo *mbanzu*, “pensamento”, “lembrança”, ou no quimbundo *mbonzô*, “saudade”, “paixão”, “mágoa” (LOPES, 2011, p. 197). [Grifo do autor].

africanos e seus descendentes no Brasil condições para sobreviver, conviver e resistir ao sistema escravista (KARASCH, 2000, p. 418-420; RADÜNZ; SIUDA-AMBROZIAK, 2021, p. 18; MACEDO, 2019, p. 117).

Considerações finais

Esse trabalho teve a pretensão de contribuir para o estudo das relações entre africanos e belgas no Vale do Itajaí. No entanto, reconhecemos a ausência - nas fontes analisadas neste artigo - de lembranças entre os afrodescendentes sobre as relações de seus antepassados com os imigrantes belgas. Entendemos que possivelmente, com a realização de novas entrevistas, seja possível evidenciar as “memórias herdadas” pelos afrodescendentes a respeito desses imigrantes.

Nas margens do caudaloso rio Itajaí-Açu, africanos e belgas, assim como seus descendentes, estabeleceram laços de compadrio e de ajuda mútua, como observados nas fontes orais e escritas aqui analisadas. Isso não significa que estavam isentos de relações de poder, longe disso. Encontra-se na documentação pessoas de origem belga apadrinhando escravos, mas não o contrário. E mesmo que os descendentes dos belgas tenham registrado na memória familiar o “parentesco espiritual” com alguns cativos, esta era uma relação que provavelmente beneficiava muito mais os pais e as crianças batizadas do que os padrinhos. Pois ampliava aos escravizados as possibilidades de experiências e ascensão fora do cativeiro.

Referências bibliográficas

Fontes:

Arquivo Histórico Documental do Município de Gaspar

Fundação Frei Godofredo. Central de Documentação - História de Gaspar. 1989. Assunto: A Vida do Coronel José Henriques Flores. Entrevista: n. 22.

Fundação Frei Godofredo. Central de Documentação - História de Gaspar. 1989. Assunto: Descendentes dos escravos do Coronel José Henriques Flores. Entrevista n. 48.

Fundação Frei Godofredo. Central de Documentação - História de Gaspar. 1990. Assunto: Belgas, Portugueses e Alemães. Entrevista n. 139.

Arquivo Nacional

RIVIERRE, Carlos. **Mappa hydrographico dos rios Itajahy-Assú, Itajahy-Merim e Luiz Alves e seus afluentes, na província de Santa Catarina, compreendendo o 1º território das terras devolutas na mesma província.** [s.l]: [s.n.], 1859. 1 mapa, color., 160 x 136 cm. Escala 1:40.000.

Biblioteca Nacional

GONÇALVES DIAS, Antonio. Meditação. In: BANDEIRA, Manuel; HOUAISS, Antônio; HERCULANO, Alexandre (org.). **Gonçalves Dias poesia completa e prosa escolhida.** Rio de Janeiro: Editôra José Aguilar Ltda, 1959. Cap. 1. p. 741-747.

VAN LEDE, Charles. **Mappa chorographica da provincia de St^a. Catarina, parte da Pa. de São Paulo e da Pa. de Rio Grande do Sul e parte da república do Paraguay.** Bruxelas: Companhia Belgo-Brazileira de Colonização, 1842. 1 mapa, color., 64 x 78 cm. Sem escala.

Familysearch

Livro de Batismo da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Itajaí, 1854 - 1864.

Livro de Batismos da Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo de Gaspar, 1861 - 1885.

Livro de Casamento da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Itajaí, 1834 - 1845.

Sites

PATRIMÔNIO BELGA NO BRASIL. **Tabela com nomes dos imigrantes belgas de Ilhota.** 2022. Disponível em: <http://www.belgianclub.com.br/pt-br/ilhota/tabela>. Acesso em: 18 dez. 2022.

SLAVE VOYAGES. **Tráfico Transatlântico de Escravos.** 2023. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/estimates/p4esiDAi>. Acesso em: 02 jan. 2023.

Referências:

ALBERTI, Verena. **Fontes orais:** Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2020. p. 155-202.

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 21, p. 30-56, jul. 1988.
- ANSIAUX, Robert Raymond. **Early Belgian colonial efforts: the long and fateful shadow of Leopold I.** 2006. 227 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doctor of Philosophy, Faculty of The Graduate School, The University of Texas At Arlington In Partial Fulfillment, Arlington, 2006.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas.** Brasília: Senado Federal, 2011. 282 p.
- BASSANEZI, Maria Silvia. Registros paroquiais e civis: os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2020. p. 141-172.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 148 p.
- BOSIGNARI, Vinícius. **Elite senhorial e escravidão no Vale do Itajaí: as fazendas de José Henriques Flores (c.1836- c.1890).** 2022. 107 f. TCC (Graduação) - Curso de Graduação em História, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.
- CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 150 p.
- CHAUÍ, Marilena. A memória. In: CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Editora Ática, 2000. p. 158-164.
- D'ÁVILA, Edison. **Pequena história de Itajaí.** Tubarão: Gráfica Dehon, 1982.
- DAVIS, David Brion. Impact of the French and Haitian Revolutions. In: GEGGUS, David P. (ed.). **The Impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World.** Columbia: The University of South Carolina Press, 2001. p. 3-9.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, Marieta de Moraes et al (org.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 1-13.
- FICKER, Carlos. **Charles Van Lede e a Colonização Belga em S. Catarina.** Blumenau: Blumenau em Cadernos, 1972. 38 p.

- FLORES, Maria Bernardete Ramos. **História Demográfica de Itajaí: uma população em transição (1866-1930)**. 1979. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990. 189 p.
- KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 643 p.
- KLUG, João. Imigração no Sul do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial: volume III, 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 200-231.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2019.
- MAES, Paulo Rogério. **Colonização flamenga em Santa Catarina: Ilhota**. Itajaí: Edição do Autor, 2005. 96 p.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Mulher, corpo e maternidade. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 334-342.
- MAMIGONIAN, Beatriz. **Abolição do tráfico de escravos - 170 anos da Lei Eusébio de Queirós**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- _____; CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (org.). **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021. p. 16-41.
- MATTOSE, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.
- MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MORR, Maria Lucia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **Revista História**, São Paulo, n. 120, p. 85-96, jan./jul. 1989.

MORTARI, Cláudia. Pensando a diáspora africana: Algumas questões. In: MORTARI, Cláudia (org.). **Introdução aos Estudos Africanos e da Diáspora**. Florianópolis: DIOESC, 2015. p. 137-148.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. **Memórias do Cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 301 p.

RADÜNZ, Roberto; SIUDA-AMBROZIAK, Renata. Infanticídio e tentativa de “morte de si mesmo”: atos extremos no universo escravista. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 28, p. 1-22, out. 2021.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-179, mar./maio 2002.

SILVA, José Bento Rosa da. A diáspora africana na foz do Rio Itajaí (SC) nos séculos XVIII e XIX. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 20, nov. 2014.

SLENES, Robert W. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

STOLS, Eddy. Entrepreneurs belges et luxembourgeoises dans la modernisation et l'industrialisation du Brésil (1830-1940). In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 5ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2001, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FEA/USP, 2001. p. 1-36.

_____. Présences et activités diplomatiques de l'Empire du Brésil dans le Royaume de Belgique (1830-1889). In: MATTOSO, Katia de Queirós; SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca do; ROLLAND, Denis (org.). **Le Brésil, l'Europe et les équilibres internationaux, XVIe -XXe siècles**. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 1999. p. 209-245.

_____. Sainte-Cathérine du Brésil ou os belgas em Santa Catarina. In: STOLS, Eddy; MASCARO, Luciana Pelaes; BUENO, Clodoaldo (org.). **Brasil e Bélgica: cinco séculos de conexões e interações.** São Paulo: Narrativa Um, 2014. p. 22-26.

TOSTES, Ana Paula Cabral; OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. Dinâmicas sociais e hierarquias no Recôncavo do Rio de Janeiro: elites, pardos e ilegítimos em Campo Grande e Jacarepaguá do século XVIII. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (org.). **Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. p. 211-234.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.